

Educação Especial

***Pequenos passos, alguns retrocessos
e muito caminho para andar***

Margarida César

Universidade de Lisboa, Instituto de Educação

21 de Março de 2012

Contextualização

João dos Santos
Construímo-nos na diferença

- Diversidade – como riqueza, património da humanidade que devemos saber preservar, celebrar e transformar numa mais-valia.

João dos Santos

“O horizonte – aprendi com os cegos – é aquilo que longinquamente está ao alcance da mão”

(Carvalho e Branco, 2000, p. 57)

Contextualização (2)

Portugal vs. outros países europeus

Semelhante:

Avanços, retrocessos e longo caminho a percorrer para atingirmos uma educação e sociedade (mais) inclusivas;

Sociedade mais multicultural e globalização;

Acesso à informação e às TIC;

Falta de justiça social (distribuição da riqueza; exclusão).

Diferente:

Analfabetismo e baixos índices de literacia de uma parte da população adulta;

Insucesso escolar e abandono escolar precoce;

Recente alargamento da escolaridade obrigatória (18 anos).

Transições teóricas

Ruptura e reposicionamento teórico

Do paradigma da **integração** para o da **inclusão**

Decreto-Lei
n.º 319/91

(ME, 1991)



Declaração de
Salamanca

(UNESCO, 1994)

Da **normalização** para **valorização da diversidade**

Dificuldades de aprendizagem
como estando dentro das
crianças

Dificuldades configuradas
pelo sistema (social,
político, de ensino...)

Diferentes definições de inclusão

(1) Inclusão enquanto preocupação com a deficiência e com as NEE

(2) Inclusão enquanto resposta à exclusão por motivos disciplinares

(3) Inclusão para proporcionar equidade a todos os grupos vulneráveis à exclusão

(Ainscow & César, 2006)

(4) Inclusão como promoção de uma escola para todos

(5) Inclusão enquanto Educação para Todos

A falta de mudanças organizacionais tem sido uma das maiores barreiras à operacionalização dos princípios da EI

(Dyson & Millward, 2000)

Clarificação e rigor conceptual

NEE – Coerente com o paradigma da educação inclusiva?

Deficiente/Deficiência – Promove a inclusão ou ajuda a estigmatizar, segregar, excluir?

Integrar/Integração – Devem ser usados em documentos que subscrevem a EI?

EI – Corresponde a um paradigma dialógico, não dicotómico; **CIF** – é muito dicotómica.

Alguns aspectos que já foram conseguidos

- EI – Reflexão e discussão públicas;
- Maior número de crianças e jovens que frequentam o ensino regular diurno;
- Mais escolas com práticas mais inclusivas;
- Maior número que conclui o ensino básico e vem a frequentar o ensino secundário e o ensino superior;
- Melhores índices de empregabilidade;
- Mais jovens e adultos a conseguirem formas de autonomia diversas;
- Mais respostas sociais adequadas para os que não as conseguem atingir;
- Mais investigação e maior divulgação dos resultados.

Alguns retrocessos

- CIF – Modelo médico; codificação demasiado confusa e difícil de utilizar, pouco adaptada à Educação;
- Muitas crianças e jovens que deixaram de poder ser sinalizadas e de poder ter acesso às formas de acolhimento de que necessitam;
- Turmas – mais de 20 alunos, mais de 2 casos, casos incompatíveis;
- Desperdício de recursos humanos devido aos critérios usados nos concursos para colocação de professores (ensino regular e ensino especial);
- Incoerência entre alguns documentos de política educativa e/ou legislação.

Problema recorrente – Mudanças sem avaliação prévia.

Alguns retrocessos – Inconvenientes da CIF

- Foi concebida com uma lógica que não corresponde a critérios psico-pedagógicos – os mais necessários, numa escola e em educação;
- Foi traduzida de uma forma que ainda dificulta mais a sua utilização – letras – iniciais do inglês;
- Tem um sistema de codificação tão complexo, que mesmo um utilizador experiente demora muito tempo a classificar um novo Caso;
- Perdeu-se o mais importante num Caso – a descrição densa, que permita traçar a sua história. Um Caso passa a ser números e letras;
- **É incoerente em relação aos princípios da EI.**

Diagnósticos funcionais (DF) + intervenção

- **DF** – Permitem descrever o Caso contando a sua história e confrontar formas de actuação e reacção em diversos contextos, cenários e situações; dão voz a diversos informantes.
- São mais fáceis de elaborar, compreender e utilizar pelos agentes educativos, nomeadamente os professores, desde que façam formação;
- Permitem, a partir deles, conceber e operacionalizar formas de intervenção;
- Permitem monitorizar os impactes das formas de intervenção utilizadas;
- Como são uma história da trajectória de participação de uma pessoa, podem ser completados;
- **Mais coerentes com os princípios da EI.**

Um longo caminho para andar

- Não discriminar casos menos visíveis ou por falta de consenso, dos especialistas, quanto à intervenção;
- Facilitar a transição do ensino secundário para o universitário;
- Não actuar tarde demais – intervenção precoce;
- Diagnósticos funcionais e PEI – mais rigorosos;
- Aprender com a divulgação de casos de sucesso;
- Formação de professores que contemple a EI;
- Aproveitar melhor os recursos humanos e materiais;
- Organização e gestão das escolas – promovam a EI;
- Trabalho colaborativo entre os diversos especialistas;
- Outros critérios para autorizações para investigação.

Em síntese:

**(1) Trabalho em equipa,
colaborativo**

(2) Mediação cultural

**(3) Formação de professores mais
adequada à EI**

**(4) Formas de organização e gestão
escolares adaptadas à EI**

**(5) Menor quantidade e maior qualidade dos
documentos de política educativas e da legislação**

Considerações Finais

Uma criança disse a Pedro Streckt (1999):

“Sou como a rã de um filme que eu vi. Era uma história de uma rã verde, que tinha ido parar a um mundo vermelho, e então não sabia lá muito bem o que fazer” (p. 197)

Esperemos que o mundo se possa tornar mais policromático e que cada um de nós saiba e queira contribuir para isso